Entrevista

Entrevista

Educação em Direitos humanos

Entrevista com Aída Maria Monteiro Silva, coordenadora da RedLaCEDH - Rede Latino-americana e Caribenha em Educação em Direitos Humanos, gestão 2018/2019.

Aída Monteiro, doutora em Educação, coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação e Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania do Centro de Educação da UFPE. É professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco / Centro de Educação, Programas de Pós-Graduação em Educação e Programa Interdisciplinar de Direitos Humanos. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq – Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania do Centro de Educação da UFPE. Autora de livros e coordenadora da Coleção Educação em Direitos Humanos da Editora Cortez, São Paulo.

* * *

RIDH: – Há mais de 20 anos ONU lançou no mundo a "década para a educação em direitos humanos" (1995-2004) finalizando-a com o primeiro Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. No Brasil, em 10 de dezembro de 2003, é lançado a primeira versão do PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e em 2006 em uma versão mais elaborada. A EDH vem para agregar à educação científica, tecnológica e artística, a dimensão ética de uma cultura de respeito à dignidade humana.
Professora, que balanço pode-se fazer desta jornada? A EDH já está efetivamente na agenda da educação no Brasil?

Aída: – Nessas duas décadas, o debate e a produção do conhecimento sobre as áreas dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos humanos avançou significativamente, em nível internacional e nacional, se compararmos com as décadas anteriores. É evidente que foi com os movimentos sociais e no processo de redemocratização no Brasil que esse debate e a produção começam permear as politicas públicas.

Em especial, na década de 2000, temos um maior avanço, considerando que pela primeira vez o Brasil apresenta, em 2003, uma política pública de Educação em Direitos Humanos, com o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. E, nesse movimento, várias Diretrizes Nacionais de áreas específicas foram elaboradas de forma a atender às demandas de grupos sociais (movimento negro, LGBTT, geracional, de pessoas com deficiência, questão de gênero, afro-brasileira, entre outras) que sempre estavam invisibilizadas na sociedade.
Em 2012, o Conselho Nacional de Educação, como órgão normatizador das políticas educacionais do Ministério da Educação, homologou as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, objetivando orientar políticas de formação de profissionais de todas as áreas, níveis e modalidades de conhecimento.
No entanto, a despeito desses avanços a concretização das ações para dar materialidade a essas políticas não foram desenvolvidas no mesmo ritmo, e o que se tem observado é que temos um campo amplo a ser preenchido, de forma a que os sistemas de ensino assumam e concretizem o que orientam as referidas Diretrizes.

RIDH: – Você esteve à frente da Secretária Estadual de Educação de Pernambuco, no período de 2007-2010, quando pode implementar a EDH na Rede Ensino Estadual, como política pública. Como você avalia a contribuição da EDH? O que mudou na realidade escolar?

Aída: – É importante destacar que as politicas públicas em qualquer setor são elaboradas e implementadas a partir de pessoas, grupos que têm como objetivo fortalecer um modelo de sociedade, de ser humano e, em uma Secretaria de Educação, o modelo de educação e de instituição educativa.
Ao assumirmos o compromisso com a Secretaria de Educação o nosso propósito foi de implantar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos na rede estadual de Pernambuco como uma politica de Estado, de tal forma que tivesse uma capilaridade e enraizamento no sistema estadual como um todo, e não apenas em conjunto de escolas, como tem sido mais comun. E, também que a política não ficasse delimita ao tempo de governo.
Com essa orientação conseguimos chegar a todas as escolas, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) tendo como eixo norteador a EDH, com ações de seleção e produção de materiais didáticos, capacitação dos profissionais de sala de aula, técnicos e gestores. Esse movimento empoderou as escolas a fazerem os seus projetos conforme as suas necessidades e demandas, inclusive sobre questões relacionadas a problemática da violência na escola e para com a escola.
Ao envolvermos a comunidades nesse processo as escolas ganharam mais atores comprometidos, e ao mesmo tempo, com maior contribuição para o desenvolvimento dos seus projetos. A Secretaria Educação teve, em 2008, um reconheci-

mento Nacional da Secretaria de Direitos Humanos, com o prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos.

RIDH: – Em julho/2008, a RedLaCEDH foi parceira do OEDH – Observatório de Educação em Direitos Humanos da Unesp, realizando, em São Paulo, o "Seminário Nacional Educar em Direitos Humanos na Universidade". Do evento, divulgou-se uma "Carta de Recomendações às universidades para a efetivação da EDH", que publicamos, a seguir, nesta edição da RIDH. Por que é tão importante a EDH na formação profissional universitária? Quais as dificuldades de se discutir direitos humanos na universidade mesmo nos cursos de humanas?

Aída: - O "Seminário Nacional Educar em Direitos Humanos na Universidade" foi muito importante para divulgar e chamar a atenção das universidades sobre a importância de educar em direitos humanos. Entendemos que essa concepção é uma forma de contribuir para o fortalecimento da democracia em nosso país. Ao formamos profissionais que desenvolvam suas práticas profissionais em busca de defesa dos direitos de todas as pessoas igualmente, com respeito à sua condição de ser humano e independente de suas opções, condições sociais, econômicas e culturais, certamente teremos uma sociedade mais humanizada. Incluir em todas as ações da universidade – no ensino, na pesquisa e na extensão – conteúdos sobre direitos humanos, em uma perspectiva educativa, de forma que o conhecimento cognitivo dialogue com os valores, as ações e que possam promover ações de intervenção na defesa dos direitos ou reclamação quando da violação, é uma grande mudança com vista a um novo marco civilizatório, em que as pessoas possam ser vistas como sujeitos de direitos e de responsabilidades.
Uma das maiores dificuldades para trabalhar com esses temas é exatamente a pouca valorização que ainda se dá, no Brasil, à dimensão ética na formação de profissional.

RIDH: – Recentemente você participou de um Seminário Internacional de EDH no Chile, preparando o VIII Colóquio Latino-americano da RedLaCEDH que ocorrerá em 2019, na Universidade de Antofagasta, daquele país. Quais as semelhanças e diferenças na EDH entre trabalho desenvolvido lá e aqui no Brasil?

Aída: – Realmente as questões referentes a essas áreas são muito semelhantes no conjunto dos países da América Latina, embora alguns avançaram mais no campo normativo e de documentos orientadores, a exemplo do Brasil e da Argentina. Mas, a grande dificuldade está centrada na falta de formação de profissionais com esses conteúdos nos currículos e quando aparece é de forma tangencial. No entanto, a diferença com mais evidência é a valorização que o Chile, o Uruguai e a Argentina deram e continuam dando com a política

de valorização de trabalhar a história das ditaduras nos currículos, na produção de conhecimento e na preservação de locais de torturas, como ambientes pedagógicos nas formações em diferentes níveis.

RIDH: – Estamos num mundo bastante turbulento, com um avanço de forças socialmente conservadoras, que colocam em risco muitos direitos sociais conquistados nas últimas décadas. Em recente relatório, sobre o Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA identificou uma redução nas políticas de direitos humanos. Qual o papel da EDH na atual conjuntura? Quais temas devem de DH devem ser prioridades para os educadores?

Aída: – De fato estamos vivenciando um retrocesso em relação aos direitos que foram duramente conquistados pela sociedade, e com perspectiva de mudança substantiva na concepção de educação e conhecimento como se os mesmos possam ser neutros. É um movimento conservador, fundamentado em uma concepção neoliberal, em que a ampliação do capital está em detrimento da ampliação dos direitos e, assim, a instituição educativa deve formar para atender ao mercado de trabalho. E para isso sustenta-se em uma política antidemocrática e autoritária. É o retorno da educação bancária, cuja ênfase do processo pedagógico está na acumulação, repetição de conteúdos que possa atender a esse mercado.
O papel da EDH é o oposto dessa lógica capitalista, devendo fazer do espaço educativo locus de reflexão permanente, com base no diálogo, na problematização e na construção do conhecimento coletivo, de acordo com o que define a Constituição brasileira de 1988. Em relação aos temas prioritários, além dos temas atuais que cada grupo social venha a identificar como mais urgente, é importante revisitar a história das ditaduras em nosso país para NUNCA MAIS viver com tortura, e violação de direitos. E, isso se aprende... A instituição de ensino tem papel fundamental nessa aprendizagem.

RIDH: – Você gostaria de dizer algo mais.

Aída: – Podemos concluir que, por mais difícil o momento vivenciado no Brasil, de retrocessos de direitos e de perspectiva de uma democracia muito fragilizada em termos de direitos, é com os movimentos sociais que podemos resistir para manter o que a sociedade conquistou. Ao mesmo tempo, não podemos perder o grande legado que foi a retomada da democracia no país, nos últimos 30 anos, como o regime que oferece melhores condições de efetivação dos direitos para todas as pessoas.

* * *